

REIS VENTURA, A IMAGINAÇÃO DO IMPÉRIO E A SUBJETIVIDADE COLONIAL

REIS VENTURA, IMPERIAL IMAGINATION
AND COLONIAL SUBJECTIVITY

Isadora de Ataíde Fonseca

Centro de Estudos Comparatistas,
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<https://orcid.org/0000-0001-9019-9794>

RESUMO

Este estudo é uma releitura da obra de Reis Ventura (1910-1988), alicerçada na historiografia do império, que reinterpreta os romances do autor a partir do ‘homem português’, da dimensão político-económica do império, da ‘cultura portuguesa’ e da sua expressão colonial. É na (inter)relação entre estes níveis e na sua integração que se expressa na literatura de Reis Ventura o projeto metafísico e utópico do império Português. Publicados nas páginas de *A Província de Angola*, os romances de Reis Ventura traduziram e disseminaram a ideologia e os mitos do império português em África, contribuindo para uma representação histórica imaginada do império, para a constituição da utopia colonial e da subjetividade coletiva dos portugueses.

Palavras-chave: Reis Ventura; romance colonial; imaginação histórica; ideologia; subjetividade coletiva.

ABSTRACT

Anchored in the historiography of the empire, this study is a rereading of the novels of Reis Ventura (1910-1988). Our aim is to reinterpret those novels from five levels of analysis: the ‘Portuguese man’, the political

and economic dimension of the Empire, the ‘Portuguese culture’ and its colonial expression. It is by the (inter)relationship of these levels and in its integration that Reis Ventura expressed the metaphysical and utopian project of Portuguese Empire. Published in the newspaper *A Província de Angola*, the novels of Reis Ventura spread the ideology and the myths of the Portuguese Empire in Africa, contributing to an imagined historical representation of the Empire, to the establishment of a colonial utopia and the collective subjectivity of the Portuguese.

Keywords: Reis Ventura; colonial novel; historical imagination; ideology; collective subjectivity.

INTRODUÇÃO¹

Manuel Joaquim Reis Ventura (Chaves, 1910 – Oeiras, 1988) radicou-se em Luanda em 1940, onde escreveu dezenas de romances, doze deles publicados em formato de folheto no *Suplemento de Domingo*, caderno de cultura do diário *A Província de Angola*, entre 1953-1974. O autor traduziu a ideologia e os mitos do império colonial para os seus romances e expressou o seu suporte ao regime nos seus ensaios políticos. Depois de publicadas na imprensa, as obras de Reis Ventura tiveram edições em Angola e em Portugal, com alguns títulos a ganharem sucessivas reedições.

Na década de 1950, os romances do escritor propagavam sobretudo os mitos da ordem salazarista no contexto das dinâmicas

1 Este estudo integra-se no projeto “O Império colonial português e a cultura popular urbana: visões comparativas da metrópole e das colónias (1945-1974)” – financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-PT), desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O artigo é dedicado a Luís Andrade de Sá, pelas leituras e ideias partilhadas, pelo estímulo e confiança que alavancam.

sociopolíticas coloniais e características de Angola – a exemplo de *Cafuso*, 1953-1954, e *Lama e Areia*, 1958-1959. Nos romances da década de 1960, o autor construiu narrativas que inseriam Angola no cenário internacional e legitimavam o imperativo do programa colonial português, a exemplo de *Engrenagens Malditas*, publicado entre 1963-1964. Com *Queimados do Sol*, o autor atualiza a ideologia e o programa do império ao paradigma teórico do lusotropicalismo. Em *Gente Para Amanhã*, 1970-71, Reis Ventura imagina e descreve uma Angola de integração e solidariedade entre os diversos grupos, na qual os jovens angolanos (brancos e negros) são o presente e o futuro da utopia imperial.

No campo da ficção literária do século XX, os romances de Reis Ventura são a continuidade dos discursos escritos que desde o século XV procuram validar a presença e a ocupação de África por Portugal, na ‘utopia coletiva’ de Angola tornar-se Portugal. Os relatos dos navegadores e dos religiosos (Cristóvão, 2002 e 2010); as narrativas dos exploradores (Rosa e Verde, 2013); os relatos do quotidiano na imprensa a partir de meados do século XIX (Fonseca, 2014); os ensaios sobre a história de Angola (a exemplo de Sousa Dias, 1926) são os antepassados diretos do romance ‘colonial’. A obra de Reis Ventura filia-se nesta tradição literária, acompanhando uma subjetividade política na qual Angola e o império são Portugal. Deste modo, o escritor contribuiu para atualizar a ideologia do império às dinâmicas sociopolíticas do século XX. Também no âmbito da literatura colonial, os romances de Reis Ventura são exemplares da busca de afirmação de uma comunidade imaginada: portugueses que se fazem africanos ao longo de um processo secular no qual desempenham uma missão histórica e civilizacional (a metafísica do império).

Este estudo reinterpreta os romances do autor a partir de cinco níveis de análise, fundamentados na investigação histórica e social

sobre o império português: 1) os portugueses em (e de) África; 2) a dimensão político-económica do imperialismo português; 3) a ideia de ‘cultura portuguesa’ e a sua expressão colonial; 4) o contexto social do colonialismo; 5) as dinâmicas ideológicas do império. É na (inter)relação entre estes níveis e na sua integração que se expressa na literatura de Reis Ventura o projeto metafísico e utópico do império Português. O autor e a sua obra literária partilham a “mitologia histórico-sentimental” do império (Lourenço, 2014). Através da biografia dos portugueses em África e do espaço natural de Angola (dos cafezais à Baía de Luanda); da criação de riqueza numa terra tomada pelo mato; de uma cultura que se afirma há 500 anos, sobretudo pela língua portuguesa; e nas relações ‘harmónicas’ entre brancos e negros, Reis Ventura constitui a metafísica de uma Angola que se imagina portuguesa, cristã e civilizada: um Portugal em África.

Publicados nas páginas do maior jornal de Angola, *A Província de Angola*, com tiragens que chegaram aos 70 mil exemplares na década de 1970 e que circulava por toda a província ultramarina, os romances de Reis Ventura traduziram e disseminaram a ideologia e os mitos do império português em África, contribuindo para a constituição do imaginário e para a utopia colonial e configurando a subjetividade coletiva dos portugueses.²

O HOMEM, BIOGRAFIA DOS PORTUGUESES

Nos romances de Reis Ventura três dimensões são invariáveis: o lugar da escrita, o protagonista e a utopia. Portugal (europeu, africano ou asiático) é o espaço no qual se desenrolam as narrativas do escritor, é o ‘mapa cor-de-rosa’ de um Portugal pluricontinental no passado, no

2 Dados sobre a imprensa periódica de Angola em *Anuário Estatístico de 1970*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Angola, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística (1973).

presente e no futuro. Os protagonistas – homens e mulheres, brancos e negros, da metrópole ou das colónias, são sempre os portugueses: cristãos, trabalhadores, nacionalistas, fiéis ao Estado e ao governo, com uma cosmovisão imperial. Omnipresente no projeto literário de Reis Ventura, que é o seu programa político assumido, é a nação imperial portuguesa: una, harmoniosa e próspera. Se a pátria nasceu na Europa, expandiu-se para África e Ásia, que se tornaram também Portugal.

Com estas invariáveis, os romances de Reis Ventura apresentam biografias de diversos tipos humanos. São homens comuns, pertencem às classes baixas e médias, embora alguns ascendam social e economicamente como resultado de um longo e abnegado percurso de trabalho. Homens cristãos e católicos, embora nem sempre praticantes, são fiéis a Deus e seguem os seus princípios e valores, os quais transmitem aos africanos na sua missão de ‘civilizar’. Homens que amam as suas mulheres, e que se arrependem das suas aventuras, que se casam e têm no projeto familiar, integrado na missão metafísica dos portugueses de ‘civilizar’, a sua realização. Os protagonistas de Reis Ventura não têm uma ação política direta, bem como não assumem lideranças sociais, mas referendam, suportam e apoiam as diretrizes do império, dos governos da metrópole e da colónia.

Nos romances *Cafuso* e *Lama e Areia*, o autor apresenta o português de Angola que se seguiu aos ‘heroicos’ descobridores, exploradores e missionários. Como noutros títulos de Reis Ventura, estas são biografias de homens que se reconstituem no Portugal ultramarino, reconfigurando a própria colónia e a nação em si, conquistando a terra e tornando-a sua, ‘civilizando-a’ pelo exemplo. Se enviam os filhos para estudar na Europa, estes regressam a Angola, sua casa, para dar continuidade ao projeto individual, familiar, político e ‘metafísico’ dos portugueses.

Em *Cafuso. Memórias dum Colono de Angola*, publicado entre fevereiro de 1954 e abril de 1955, Reis Ventura delinea a autobiografia

dos portugueses de Angola no século XX. O relato é em primeira pessoa, de José da Silva Taveira, que recorda a sua infância em Trás-os-Montes numa família de agricultores católicos, a adolescência num seminário franciscano em Tui e a paixão assolapada pela filha de um comerciante. Sem recursos para continuar os estudos, o jovem parte para Angola no princípio da década de 1920 e, através da amizade com um ‘velho’ colono fazendeiro do café, torna-se agricultor. Instalado numa fazenda num aflúente do Dange, José Taveira enfrenta a burocracia do governo, as intempéries do clima e mantém a “mão firme e um coração paternal” no trato com os negros. Traz a noiva para Angola e Isaura confirma-se uma mulher disposta a todos os sacrifícios – trabalha na terra, cuida da casa e cria os filhos, é fiel e dedicada a Deus, ao marido e à pátria. Na sua persistência frente às adversidades, na sua forma ‘justa’ de tratar os negros, na sua honestidade e confiança em Deus e na nação, José Taveira torna-se um agricultor rico, com propriedades em Luanda, férias na metrópole e os filhos a serem educados em Portugal. Por fim, com a morte inesperada da mulher, o agricultor ganha uma “consciência de inutilidade”. “Perdi o gosto de viver. Sem trabalho, sem amor, sem esperança e sem luta, que sentido tem a vida?”, questiona-se o agricultor. Com os filhos criados e a fazenda a render “milhares de contos por ano”, conclui: “Já não faço falta a ninguém. Dói muito esta consciência de inutilidade. E sabem o que ela significa para os colonos da minha geração? – O começo da morte.” (Ventura, 1957: 248 e 252).

Em *Lama e Areia*, publicado entre fevereiro de 1958 e janeiro de 1959, revela-se outra biografia dos portugueses em Angola.³ O protagonista é João Souto, de Amarante, que, para defender a honra

3 Quando publicado em livro, o romance teve o título *Caminhos: vida e paixão dum motorista de Angola* (Braga: Editora Pax, 1965).

da irmã, acidentalmente mata um homem. Refugiado em Angola a partir de 1913, o jovem serve a pátria nas ‘guerras de pacificação’, é funcionário num posto administrativo, trabalha como motorista de camiões no transporte de mercadorias pelo interior da província e mais tarde estabelece-se como motorista de táxis em Luanda. João casa-se com uma mestiça (católica, educada, honrada e prendada) e tem um filho, o qual mantém distante para protegê-lo da sua história. Trabalhador incansável, com muitos sacrifícios faz do filho doutor em Coimbra. Preso em Luanda, pois o seu táxi envolve-se num acidente que provoca a morte de uma mulher, é o filho (advogado de sucesso em Angola, casado e à espera do primeiro rebento) que o irá defender. O motorista é absolvido e o que sobressai no julgamento e no romance é a trajetória do homem e cidadão: soldado exemplar, trabalhador incansável e pai extremoso. Nestes dois romances, biografias do português em África, o homem, a nação e o colonialismo interpenetram-se para constituir uma subjetividade que associa o indivíduo a Portugal e ao império.

O TRABALHO, A RIQUEZA DO IMPÉRIO

Enriquecer não é o projeto individual das personagens de Reis Ventura e a exploração económica não é o objetivo do império. Neste pressuposto, a literatura colonial procurava confirmar a ideia de um ‘colonialismo especial’, dissociado de motivações ou interesses económicos, a qual tem sido desfeita pela investigação histórica (Clarence-Smith, 1985). Em Reis Ventura, a ascensão dos protagonistas e o desenvolvimento da colónia de Angola são consequências do trabalho árduo e persistente dos portugueses, fruto dos 500 anos de ‘afeição e dedicação à terra’. Como a historiografia política, económica e cultural do império português tem demonstrado (Alexandre, 2017; Xavier e Silva, 2016; Jerónimo, 2013) o projeto colonial teve como sua apologia ‘civilizar’ o homem africano, e é neste âmbito que

se insere ‘o amor ao trabalho’. É do trabalho que resulta a riqueza, a prosperidade de Angola, de Portugal e do homem. Daí que as dinâmicas económicas do império, as suas estratégias de exploração da terra e das suas riquezas, no contexto de um imperialismo e capitalismo tardio, não sejam centrais na obra de Reis Ventura.⁴ Os protagonistas do autor têm projetos e sonhos, mas a riqueza material é um desdobramento ‘natural’ do seu trabalho abnegado e da sua conduta digna.

Em *Cafuso*, o fazendeiro Travancas resume a situação da colónia na década de 1920: “Vivo em Angola há já bastantes anos. Tem havido horas boas e horas más. Pois ainda me não aconteceu ouvir dizer que isto ia bem...” (Ventura, 1957: 39). São as guerras de ocupação, que duram até meados da década de 1920, que irão permitir aos colonos portugueses ocupar as terras do interior de Angola e constituir fazendas:

A vida do agricultor tem as suas raízes na terra que cultivava. Não é como a dos outros homens, não! Em cada planta, que nasceu do nosso esforço, fica a arder um pouco do nosso sangue. Ver morrer uma fazenda é, para nós, quase tão doloroso como assistir à agonia dum filho. Muitos passaram por essa amargura, naqueles terríveis anos das vacas magras. (...) Mas só quando já não podiam mais, sem crédito, sem pretos, sem pão, é que desanimaram. (...) Mas quem pode dizer hoje o que foi o nosso calvário? Olhem que nem eu – que os vivi – sou capaz de relembrar aqueles anos de lutas, em toda a sua pungente realidade. (Ventura, 1957: 127,128)

4 Sobre a política económica do império colonial, e de Angola em específico, ver Adelino Torres (1991), *O Império Português Entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher.

Em *Filha de Branco*, publicado ao longo de 1959, é o pequeno comércio nos musseques de Luanda que ganha protagonismo. A Casa Verde é a loja e restaurante de Aníbal Serapião, fundada em 1925: “(...) prosperava vendendo de tudo: vinho e cigarros, fuba e tecidos, ovos e carrinhos de linhas, despertadores e papel de carta.” (Ventura, 1960: 21). Zá, a filha mestiça do comerciante, herda a loja, e, com a ajuda do marido Miguel, recém-chegado da metrópole e funcionário público, ampliam o estabelecimento: abrem uma montra, compram móveis novos, criam um recinto para churrascos, colocam música aos sábados; têm clientes de todos os tipos, gente da “alta” e dos musseques.

Em *Engrenagens Malditas*, publicado entre agosto de 1963 e janeiro de 1964, a modernidade colonial e a riqueza da Angola estão no seu ápice. É um romance ambicioso e cosmopolita, no qual o autor contextualiza Portugal, Angola e os portugueses na conturbada conjuntura internacional das décadas de 1950 e 1960. Angola já não é uma colônia a ser desbravada, mas uma província ultramarina em acelerada modernização. Além de potência agrícola, Angola jorra petróleo; Luanda reestrutura-se com novos prédios e os primeiros anúncios luminosos refletem-se na sua baía.

Na moderna capital africana descrita pelo romance, um jornalista português, correspondente internacional com base em Luanda, apaixona-se por Gilda – polaca que sobreviveu aos campos de concentração nazi com o seu pai engenheiro, trabalhador na petrolífera. Apaixonado pela terra, o engenheiro fez de Angola sua casa e tem uma fazenda de café nos Dembos. Além da trama principal – que inclui o casamento, o nascimento da filha e as viagens do repórter –, numa narrativa paralela ao romance, o estudante congolês Mulonga Pierre sofre uma lavagem cerebral nos subterrâneos de Leninegrado, parábola que explica o avanço do “terrorismo” em África. O ‘terror’ alcança Angola e o jornalista é chamado a Nova Iorque, onde é avi-

sado pelo seu *publisher* de que o tempo de Portugal em Angola está a esgotar-se. Despedaçado pela dor da perda da mulher e da filha, o repórter une-se às milícias brancas na defesa da vila do Quitexe. Quando o editor lhe escreve a explicar que a orientação do jornal é anticolonialista, o correspondente demite-se e assenta no jornal de Carmona, onde a paz voltou e as fazendas estão a ser recuperadas após a intervenção de Salazar.

Neste romance são os interesses americanos e russos sobre Angola e as suas riquezas que provocam os conflitos na colónia e ameaçam ‘a paz e a harmonia’ de Portugal em África. O jornalista, ateu até a tragédia se abater na sua vida, procura consolo em Deus:

Penso às vezes que este será um dos segredos da justiça divina. Porque o dinheiro, juntam-no quase sempre os patifes; a glória é dos audazes; e o poder conquistam-no os atrevidos. Mas a alegria do coração, que é a única forma real e legítima de felicidade do homem, é Deus quem a reparte. (Ventura, 1964: 107)

Este trecho é representativo do suposto desinteresse dos portugueses pelas riquezas do império, sendo a prosperidade de Angola fruto do trabalho de 500 anos na terra, a ensinar e a civilizar o negro. Nesta cosmovisão, as perdas e o sofrimento pessoal do jornalista são alavancas para este prosseguir na defesa do império-colonial: indiferente às críticas do mundo, Portugal mantém o seu projeto metafísico. Sem nunca dizer o seu nome, em confissão final, o jornalista mundano cogita que talvez seja apenas “o Homem, num homem desta Angola que se debate contra as engrenagens malditas, que não aceita a loucura irracional dos ventos da história, que reage contra o ódio e que está a destruir a lenda diabólica da morte de Deus.” (Ventura, 1964: 290).

A CULTURA, ‘PORTUGUESA’ E POPULAR

Duas dimensões de cultura caracterizam os romances de Reis Ventura. Na sua forma e conteúdo, ou no conteúdo que constitui a forma, as tramas, as personagens e os seus contextos estão envoltos dos valores da chamada ‘cultura portuguesa’ (Almeida, 2017) e, em simultâneo, da cultura popular e da cultura de massas (Mackenzie, 1986; Grazia, 2005; Melo, 2013).

Fazenda Abandonada, publicado ao longo de 1960, como outros romances, está carregado das ideias associadas à ‘cultura portuguesa’. Raul Bravais, de uma família de agricultores de Ervededo, Trás-os-Montes, emigra para Angola aos 26 anos para fugir à pobreza. Em Luanda, o jovem estabelece-se como empregado de escritório de uma empresa comercial, conquistando estabilidade económica para se casar com Alzira, “vaidosa e gastadora”, com quem tem uma filha. Com casa montada e poupanças fartas, Raul sente o apelo da terra e torna-se agricultor no Cuanza Norte. O empenho e a dedicação de Raul e o apoio dos amigos são valiosos e os primeiros tempos na fazenda são de investimento e aposta no futuro. Com o preço do sisal a cair no mercado internacional, as dívidas e os empréstimos a acumularem-se, um mau negócio com um oportunista e o golpe fatal da separação de Alzira (que se envolve com outro homem), Raul entrega-se ao álcool e abandona a fazenda.

A vontade de um homem é uma força admirável. Mas carece de um objectivo que a inspire e estimule. Uma ideia, uma pátria, uma religião. Luta-se por qualquer coisa. Mesmo quando se luta contra moinhos de vento, tem de ser ao impulso de um ideal. Se falha o desígnio, sobrevêm o cansaço, a transigência e a apatia. (...) Se a um destes homens, que vivem para a sua família, falta de repente esta razão de viver, tomba verticalmente, lamentável e trágico como uma balão vazio. (Ventura, 1962: 307-308)

Raul estará perdido e a fazenda abandonada por quase uma década. O ‘desígnio’ para retomar a vida só lhe aparecerá em 1961, quando dos ataques às fazendas do Quitexe, na figura da tragédia de uma menina de 14 anos: “usaram-na até à morte, diante do pai amarrado ao tronco duma árvore” (Ventura, 1962: 380). Dá-se então a reviravolta: Raul larga o álcool, toma parte nas milícias brancas de Carmona, recupera a sua fazenda e o crédito para desenvolvê-la e, sobretudo, reaproxima-se da filha. Se o “terrorismo” fizera Raul reconquistar a “alegria de viver”, também “despertou para as suas possibilidades e responsabilidades todo o velho Portugal” (Ventura, 1962: 389, 393).

Fazenda Abandonada, como os outros romances aqui discutidos, articula os mitos da ordem salazarista, no repertório que estruturou o discurso do Estado Novo e orientou a ideologia do regime na análise do historiador Fernando Rosas (2001): o mito ‘palingenético’, a ideia de renascença nacional promovida pelo Estado Novo em oposição à decadência liberal; a ‘essência ontológica’, o retomar do curso da história portuguesa, interrompido pelo liberalismo; o mito imperial, a ‘vocação’ de colonizar e evangelizar; a ‘ruralidade’, o tradicionalismo rural como essência; a ‘pobreza honrada’ e a conformidade com o ‘destino’; a ‘ordem corporativa’, a hierarquização social; e a ‘essência católica’. A obra está carregada dos mitos culturais do império, de uma colonização que pretendia a “supremacia étnica, cultural, política e económica” (Lourenço, 2014: 64).

No âmbito da cultura popular ou de massas, os romances de Reis Ventura englobam os géneros da aventura e da novela. Com heróis que erram e pecam ao longo da sua epopeia e com narrativas lineares, o autor propicia ao leitor outro ângulo da ‘explicação histórica’ sobre o mundo conhecido e experimentado pelo público. *Um Homem de Outro Mundo*, publicado entre julho de 1966 e outubro de 1967, é exemplificativo da literatura de massas de Reis Ventura. Thull,

extraterrestre da avançada civilização do Planeta Mil, desembarca na Ilha de Luanda para uma missão de reconhecimento da Terra e dos humanos. Thull é levado para Lisboa e à presença do “senhor de rosto glabro e cabelos brancos [que] tinha os lábios apertados numa atitude de atenção e cortesia.” (Ventura: 1968: 77), que lhe explica o sistema das nações, os conflitos económicos e políticos entre os países e a iminência de um conflito mundial. Ansioso por conhecer a Terra, Thull recebe um passaporte português para saciar o seu desejo de uma volta ao mundo.

Finda a viagem, Thull parte para o “grande país” como membro da Delegação Portuguesa das Nações Unidas, onde profere um discurso de paz e justiça. Considerado um novo Cristo pela imprensa, os russos raptam-no e tentam matá-lo, o que o extraterrestre evita com o seu poder de desmaterialização, regressando ao gabinete do estadista português e promovendo a reaproximação entre o “grande país” e Portugal. Através de um extraterrestre que procura representar uma voz imparcial e superior, *Um Homem de Outro Mundo* é uma ficção mundana e cosmopolita que abarca o cenário mundial para se aproximar da realização política e humana que era o colonialismo português na imaginação do regime, do escritor e dos portugueses. Romance de legitimação da política colonial, esta obra quer explicar aos leitores o lugar de Portugal nas disputas entre nações e a coerência do seu programa no contexto de um império multiseular e pluricontinental.

A SOCIEDADE COLONIAL, DUALIDADE OMISSA

Como ilustrado, os romances de Reis Ventura passam-se no campo e na cidade, na praia e no mato, nos estabelecimentos comerciais e nas roças de café. Novelas que incluem agricultores, comerciantes e jornalistas, mulheres recatadas e fiéis ou vaidosas e aventureiras. Publicados entre as décadas de 1950 e 1970, os romances de Reis Ven-

tura procuram abarcar a realidade social e a trajetória histórica dos portugueses e da colônia de Angola ao longo do século XX. Embora quando atualize os seus romances para a ideologia lusotropical os negros passem a fazer parte do círculo social dos brancos, deixando de estar apenas na cozinha ou a trabalhar na terra, o retrato social de Angola é o do homem e da sociedade branca (o que inclui os mestiços e assimilados, ou ‘civilizados’), omitindo a dualidade colonial que caracterizou o império português até o fim, como analisado por Cabaço (2010: 36).⁵

Na fazenda, o núcleo social é a família e os amigos agricultores da região, os comerciantes da vila ou cidade próxima e as autoridades públicas locais. O negro da casa, que cozinha e cuida das crianças, é fiel e quase da família, enquanto os homens que trabalham na terra são o ‘preto’. As reuniões sociais acontecem na fazenda e são fartas em comida: caldeirada de cabrito, churrasco de frango, muamba e típicos doces portugueses acompanhados de vinho.

Na cidade, é nas vivendas e nos musseques que se desenrolam as relações sociais. Os jantares e almoços reúnem a família, com o pai em casa depois de um dia cansativo na repartição ou no comércio, a discutir os problemas dos filhos. A cidade de Luanda tem um lugar de destaque, com as suas ruas agitadas, sempre em ebulição. Cervejarias e tabernas, comércio e repartições públicas são espaços de convívio social que procuram traduzir não apenas o quotidiano, mas a moder-

5 Segundo o autor, os dualismos da sociedade colonial portuguesa, definidos pela hierarquização e pela negação do outro, distinguem entre ‘branco e preto’, ‘indígena e colonizador’, ‘civilizado e primitivo’, ‘tradicional e moderno’, ‘cultura e usos e costumes’, ‘oralidade e escrita’, ‘sociedade com história e sociedade sem história’, ‘superstição e religião’, ‘regime jurídico europeu e direito consuetudinário’, ‘código de trabalho indígena e lei do trabalho’, ‘economia de mercado e economia de subsistência’, José Luís Cabaço (2010), *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Maputo: Marimbique.

nidade enquanto fruto do império colonial, o qual tem como ápice o desenvolvimento social, a civilização.

Os personagens do autor leem *A Província de Angola*, frequentam a livraria Lello e o cinema Império, ao ar-livre. Ouvem rádio e gira-discos, vão ao cabeleireiro e à modista e guiam os carros do momento. No campo ou na cidade, todos bebem Cuca e comem muamba, são portugueses que amam Angola e que estão dispostos a tudo pelo bem da nação e da pátria portuguesa.

IDEOLOGIA E UTOPIA NO IMPÉRIO MULTIRRACIAL

A obra de Reis Ventura pode ser relida e articulada às três fases da literatura colonial identificadas por Francisco Noa (2002): exótica, doutrinária e cosmopolita. *Cafuso* e *Lama e Areia* integram características do momento exótico – localização, atitude contemplativa, não reconhecimento da diferença do ‘outro’ e sobreposição da perspectiva do mundo dos portugueses. Distingue-se na obra do escritor a vertente doutrinária, marcada pela propaganda da ideologia colonialista do Estado Novo na literatura, a partir da década de 1950. Como se tem discutido, os romances de Reis Ventura também se inserem na etapa cosmopolita da literatura colonial, na tentativa de representar um universalismo português, com base nas teorias lusotropicalistas adotadas pelo regime autoritário (Noa, 2002: 56-76).⁶

Dois são as descontinuidades marcantes na obra de Reis Ventura: a perspectiva lusotropical, que tem início com *Filha de Branco*, e a visão utópica, que se assinala a partir de *Um Homem de Outro Mundo*.

6 Sobre a ideologia do império colonial, ver, por exemplo: Valentim Alexandre (1995), “A África no imaginário político português (séculos XIX e XX)”, *Penélope*, n.º15, pp. 39-52, e Cláudia Castelo (1998), “O Modo português de estar no mundo” – O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto: Edições Afrontamento.

Na introdução de *Filha de Branco*, o autor avisa que irá falar dos musseques de Luanda:

Enorme lagar onde fermenta o país luso-tropical do porvir. Cubatas de adobe ao lado de vivendas modernas. Lojas do tempo da borracha e altos prédios de cimento armado. O branco fura-vidas, o preto civilizado, o calcinhas presumido, o mestiço e os seus complexos. (...) Tudo numa natural fusão das raças.” (Ventura, 1960: 9)

A integração social e económica dos mestiços e dos negros, a diversidade cultural de Angola e a unidade dos grupos sociais contra o ‘terrorismo’ são os temas de *Queimados do Sol*, publicado entre março de 1965 e junho de 1966. Neste romance a mestiça Ana Maria, formada em Coimbra, regressa a Luanda para ser professora e apaixona-se pelo alferes Taia, em missão no distrito do Zaire. No regresso a Angola, Ana Maria observa que “O homem negro despertava para a civilização. E começava a compreender, tão bem como o branco, que a instrução estava no rumo da promoção social.” (Ventura, 1966: 75). Ferido numa emboscada da UPA (União das Populações de Angola), o alferes Taia é resgatado por africanos patriotas, empregados do pai de Ana Maria. Os jovens casam-se e resolvem ficar em Angola. A “sacudidela do terrorismo trouxera afinal algumas vantagens”, “a gente nova da Metrópole vai passando por aqui, ou pela Guiné, ou por Moçambique, nos seus dois anos de comissão militar. Quando voltam, já vão a saber que não somos um país pequeno...” (Ventura, 1966: 223 e 224); entretanto, outros ficavam.

Enquanto em *Um Homem de Outro Mundo* o extraterrestre encontra a bondade na espécie humana e a integração racial, social e económica no Portugal africano e asiático, em *Gente Para Amanhã*, publicado entre agosto de 1970 e maio de 1971, Reis Ventura insere a nova geração de angolanos na modernidade colonial do império

português e reafirma a utopia de uma colônia que é Portugal no presente e assim se sonha no futuro.

A juventude é apontada como o “irreversível rumo do futuro” na introdução do autor, que explica que o jovem da colônia “nasce e cresce nesta Angola vasta e sem muros, junto de homens que sabem defender a vida e os frutos legítimos do trabalho” (Ventura, 1972). O romance narra o cotidiano e os dilemas dos estudantes de Luanda. Negros e brancos, das diversas classes sociais, com contextos familiares distintos e interesses culturais diversos, os jovens vivenciam as angústias do seu tempo: problemas com drogas, o divórcio dos pais, dúvidas sobre a vocação, conflitos entre amigos e experiências sexuais. Porém, ressaí no romance o que os jovens partilham: o amor por Angola, o sonho de contribuir para o desenvolvimento da colônia através das profissões que escolheram e o desejo de constituir família. O africano João Malongo, estudante de medicina, reflete sobre as questões culturais e políticas da colônia, desvelando a utopia do império:

(...) as almas não têm cor, a cultura não tem cor, a inteligência não tem cor. E tudo isto é muito mais importante que a cor da pele. Embora nada disto nos impeça de dizer com orgulho ‘nós os angolanos’. (...) a raça tem importância porque é um grande prolongamento da família. A Nação também o é. (Ventura, 1972: 77)

Em síntese, Reis Ventura incluiu na sua obra as dinâmicas ideológicas do império, com destaque para ideologia colonial autoritária do Estado Novo e as suas atualizações, em especial o lusotropicalismo e uma utopia imperial tardia.

O HOMEM, O ESCRITOR, O SONHADOR: REIS VENTURA

Reis Ventura foi um escritor popular do seu tempo, como atestam os mais de 30 anos como cronista e os 20 anos como romancista em *A*

Província de Angola, as reedições das suas obras em Angola e Portugal, as críticas literárias nos jornais da metrópole e do império e os prémios. Escritor popular, a quem se pediam autógrafos nos cinemas e nas cervejarias de Luanda⁷, era um homem do regime, que manifestava o seu apoio e suporte aos governos de Portugal e de Angola nas suas crónicas de imprensa e que discursava nas manifestações populares do império, a exemplo da disputa com a Índia sobre Goa.⁸ Funcionário público na Junta de Exportação de Angola nas décadas de 1940-50, trabalhou na Petrangol até à independência e foi eleito pelo voto popular como vogal do Conselho Legislativo de Angola pelo Zaire em 1966.⁹

Filho de agricultor e de uma professora primária, Reis Ventura nasceu em 1910 em Chaves, Trás-os-Montes. No seminário franciscano de Tui, Espanha, adquiriu uma educação clássica que será decisiva na sua trajetória como escritor. Ordenou-se em 1932 e partiu para Moçambique, onde foi padre nas missões e em Lourenço Marques, vivências que contribuíram para que se afirmasse no autor a utopia e o sonho do império colonial. Deixou a batina para casar-se, teve dois filhos no primeiro casamento, e nesta altura tocou piano em restaurantes e bares para sobreviver. Aluno da Escola Colonial, radicou-se em Luanda em 1940, onde se estabeleceu como funcionário da administração local e começou a colaborar na imprensa. Do segundo casamento, em 1950, teve uma filha. Viveu em Luanda até

7 As notas de carácter pessoal têm como origem os relatos da filha de Reis de Ventura, Maria da Conceição Reis Ventura, em entrevista em Novembro de 2018, e da sobrinha, Maria Natália Reis Santos Silva, em entrevista em Setembro de 2018.

8 Sobre as ideias políticas de Reis Ventura, ver por exemplo a reunião de crónicas publicadas na imprensa *Palavras ao vento... (Crítica e Comentário)*, 1960a, Luanda: Tipografia Angolana.

9 Assinala-se que o direito de voto era restrito, quer pelo regime autoritário quanto pela situação colonial, no entanto, a eleição de Reis Ventura como vogal implica representatividade e popularidade. Sobre o tema ver Cristina Nogueira da Silva (2017).

1975 e não pretendia regressar depois da independência de Angola. Voltou devido ao alerta de um amigo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), instalou-se em Oeiras e trabalhou como empregado de escritório. Continuou a escrever e a publicar, e morreu em 1988 com projetos literários por concluir.¹⁰

Reis Ventura (com o pseudónimo Vasco Reis) estrou-se na literatura em 1934, com o poema *A Romaria*, Prémio Antero de Quental, sobre o qual Fernando Pessoa escreveu¹¹:

Não conheço livro, em prosa ou em verso, que interprete tão pagãmente, tão cristãmente, a alma religiosa de Portugal. E por trás disto tudo paira – fundo contra que o visível se destaca – qualquer coisa de imprecisamente emblemático, de coordenadamente incerto, com que se comove, não propriamente a emoção, mas a inteligência. Isso, porém, já não é Portugal: é talento. (Fernando Pessoa, *Diário de Lisboa*, 04.01.1935)

A entrada em cena do escritor acontece quando a literatura portuguesa está a consolidar a sua autonomia em relação à esfera política e hegemонizando a ideia nacionalista que legitimou o Estado Novo, como demonstrou Luís Trindade (2008). Enquanto o nacionalismo se tornava consensual na expressão cultural e literária em Portugal, em Angola a ideia da nação portuguesa, da sua antiguidade e do seu destino histórico, precisava de ser inventada e escrita, projeto ao qual se dedicou. João Gaspar Simões, Rodrigues Júnior, Natércia Freire e Amândio César estão entre os escritores e críticos que apreciaram

10 Em *Sangue no capim atraído*, 1981, Lisboa: Edições FP, anuncia-se no prelo o romance *A Cidade Viva* e em preparação o romance *Lisboa, Cais do Sodré*.

11 Ao longo da sua vida, Reis Ventura por diversas vezes referiu a superioridade da obra de Fernando Pessoa.

publicamente a obra de Reis Ventura, Prémio Fernão Mendes Pinto em 1965 com *Engrenagens Malditas*.¹²

Se a história da literatura portuguesa inclui Reis Ventura, o autor e a sua obra parecem esquecidos pelos estudos da literatura e da cultura em Portugal.¹³ Esquecer Reis Ventura e os seus romances significa o esvanecer da ideia e das vivências do império colonial, da subjetividade, do imaginário e da utopia com a qual os portugueses conviveram no século XX.

IMAGINAÇÃO HISTÓRICA E SUBJETIVIDADE COLONIAL

Se o projeto literário de Reis Ventura tem como centro a narrativa histórica dos portugueses em Angola e do império colonial no século XX, em simultâneo o escritor está a imaginar a epopeia de Portugal no passado, no presente e num futuro utópico que deseja. Ou seja, através da sua narrativa literária Reis Ventura procura dar coerência à história portuguesa e à sua utopia, o que na crítica do historiador Hayden White só é possível através da imaginação: “ (...) in the representation of real events arises out of a desire to have real events display the coherence, integrity, fullness, and closure of an image of life that is and can only be imaginary” (White, 1987: 24).

É através desta representação histórica imaginada que Reis Ventura espelha a trajetória do império e a ideologia colonial e do regime autoritário para os seus folhetins, contribuindo com os seus

12 Reis Ventura foi amigo e correspondeu-se com diversos intelectuais portugueses, entre eles Teixeira de Pascoaes e Amândio César, amigo íntimo, que o incluiu em *Antologia do Conto Ultramarino*, 1972, Lisboa: Editorial Verbo.

13 Reis Ventura é referido, entre outros, em *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, de Gerald Moser e Manuel Ferreira, 1983. A tese de doutoramento “*Dinâmicas coloniais e Pós-coloniais*”, de Susana Pimenta (2016), inclui um estudo de caso sobre o autor.

romances para a constituição da subjetividade política dos portugueses da época. Partilhando a leitura de Fredric Jameson (1981) e a ideia da literatura enquanto ato social simbólico, a narrativa de Reis Ventura afirmou-se como alegoria: “ (...) such allegorical narrative signifieds are a persistent dimension of literary and cultural texts precisely because they reflect a fundamental dimension of our collective thinking and our collective fantasies about history and reality” (Jameson, 1981: 19).

Uma imprensa política, ideológica e literária manifestou a emergência da esfera pública colonial em Angola a partir de meados do século XIX. Na mesma altura, surgiam os primeiros textos literários escritos em Angola, de autoria de africanos e de colonos europeus. Tais narrativas expandiram-se no século XX, manifestaram-se em diversos géneros literários e afirmaram distintas perceções de Angola colonial, como assinalam os estudos daquele período (César e António, 1968) e também os pós-coloniais, a exemplo de Pires Laranjeira *et al.* (1995). Enquanto a literatura africana imagina Angola uma nação livre do jugo colonial, a exemplo de Agostinho Neto e Luandino Vieira (Margarido, 1980), a literatura colonial imagina África como uma extensão de Portugal. A obra de Reis Ventura é exemplar na busca de afirmação de uma comunidade imaginada: portugueses que se fazem africanos ao longo de um processo secular no qual desempenham uma missão histórica e civilizacional.

Estudar os romances de Reis Ventura, e de outros escritores e obras do período colonial, é fundamental para se compreender como se constituíram a representação histórica, a subjetividade e a imaginação coletivas no campo da cultura escrita entre os colonos de origem europeia em África. Tais estudos são um contributo para se refletir sobre o legado cultural do colonialismo e para a literatura contemporânea e pós-colonial dita ‘lusófona’.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Valentim (1995). “A África no imaginário político português (séculos XIX e XX)”. *Penélope*. 15: 39-52.
- (2017). *Contra o Vento – Portugal, O Império e A Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de (2017). *A Obsessão da Portugalidade*. Lisboa: Quetzal.
- ANDERSON, Benedict (2006). *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso [1983].
- Anuário Estatístico de 1970*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Angola, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística (1973).
- CABAÇO, José Luís (2010). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Maputo: Marimbique.
- CASTELO, Cláudia (1998). “O Modo português de estar no mundo” – *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- CÉSAR, Amândio (1972). *Antologia do Conto Ultramarino*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CÉSAR, Amândio e Mário ANTÓNIO (1968). *Elementos para uma Bibliografia da Literatura e Cultura Portuguesa Ultramarina Contemporânea: poesia, ficção, memorialismo, ensaio*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1985). *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2002). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens, Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa.
- (dir.) (2010). *Literatura de Viagens: Da Tradicional à Nova e à Novíssima (marcas e temas)*. Coimbra: Almedina e Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa.

- FONSECA, Isadora de Ataíde (2014). *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Tese de Doutoramento em Sociologia da Cultura, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GRAZIA, Victoria de (2005). *Irresistible Empire, America's Advance through Twentieth-Century Europe*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University.
- JAMESON, Fredric (1981). *The Political Unconscious*. London and New York: Routledge.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2013). *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Almedina.
- LARANJEIRA, Pires; Inocência MATA e E. R. SANTOS (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LOURENÇO, Eduardo (2014). *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva.
- MACKENZIE, John (1986). *Imperialism and Popular Culture*. Manchester: Manchester University Press.
- MARGARIDO, Alfredo (1980). *Estudos Sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MELO, Daniel (2013). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MOSER, Gerald e Manuel FERREIRA (1983). *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- NOA, Francisco (2002). *Império, Mito e Miopia – Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho.
- PIMENTA, Susana Maria A. G. M. (2016). *Dinâmicas coloniais e pós-coloniais: os casos de Reis Ventura, Guilhermina de Azevedo e Castro Soromenho*. Tese de Doutoramento em Ciências da Cultura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- REAL, Miguel (2010). *Introdução à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Planeta.

- ROSA, Frederico D. e Filipe VERDE (2013). *Exploradores Portugueses e Reis Africanos: viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- ROSAS, Fernando (2001). “O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*. XXXV.157: 1031-1054.
- SILVA, Cristina Nogueira da (2017). *A Construção Jurídica dos Territórios Ultramarinos Portugueses no Século XX: Modelos, Doutrinas e Leis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOUSA DIAS, Gastão (1926). *África Portentosa*. Porto: Renascença Portuguesa.
- TORRES, Adelino (1991). *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher.
- TRINDADE, Luís (2008). *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- VENTURA, Reis (1934). *A Romaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ___ (1957). *Cafuso – Memórias dum Colono de Angola*. Porto: Livraria Civilização.
- ___ (1960). *Filha de Branco*. Luanda: Edição Lello.
- ___ (1960a). *Palavras ao Vento... (Crítica e Comentário)*. Luanda: Tipografia Angolana.
- ___ (1962). *Fazenda Abandonada*. Sá da Bandeira: Publicações Imbondeiro.
- ___ (1964). *Engrenagens malditas*. Braga: Editora Pax.
- ___ (1965). *Caminhos: vida e paixão dum motorista de Angola*. 2.^a ed., Braga: Editora Pax.
- ___ (1966). *Queimados do Sol*. Braga: Editora Pax.
- ___ (1968). *Um Homem de Outro Mundo*. Braga: Editora Pax.
- ___ (1970). *Cidade e Muceque*. Braga: Editora Pax.
- ___ (1972). *Gente Para Amanhã*. Braga: Editora Pax.
- ___ (1981). *Sangue no capim atraído*. Lisboa: Edições FP.

XAVIER, Ângela Barreto e Cristina Nogueira da SILVA (2016). *O Governo dos Outros – Poder e Diferença no Império Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

WHITE, Hayden (1987). *The Content of the Form – Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)